



Incêndios em S. Pedro do Sul foram dos mais graves do ano

GONÇALO VILLAVEDE/GLOBAL IMAGENS

Área ardida sobe 55% este Verão e chega aos 129 mil

Fogos. Norte e áreas protegidas do Gerês e da Estrela foram zonas mais afectadas. Reforma da floresta ainda por fazer, diz Liga dos Bombeiros

RITA CARVALHO

São mais 45 mil hectares queimados do que no ano passado, num aumento de quase 55%. Os 129 mil hectares de área ardida até dia 15 de Outubro revelam ainda dois dados preocupantes, sublinhou ao DN o presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses. "Grande parte da área ardida está concentrada a Norte do Mondego e nas áreas protegidas, como no parque do Gerês ou da serra da Estrela."

Para Duarte Caldeira, o aumento do número de fogos e de área florestal destruída no Verão prova ainda que, "ao contrário do que se pensou nos últimos anos, os incêndios florestais não são um problema resolvido". Ou seja, apesar de os números ficarem aquém dos dramáticos anos de 2003 e 2005,

onde os hectares ardidos somaram 800 mil, "é preciso reflectir e ir ao fundo das questões." Por exemplo, afirma, é de notar que ainda há um número de ocorrências "absolutamente anormal", comparando com outros países de igual risco. E que grande parte delas se situa onde o *interface* entre zonas urbanas e florestais é mais intenso, como no distrito do Porto, o que tem mais ocorrências". Ou seja, o clima foi igual em todo o País e os distritos do Norte foram muito mais fustigados pelos fogos.

A reforma estrutural da floresta é outro objectivo ainda por cumprir, afirma Duarte Caldeira. "Temos uma floresta repartida por mais de 500 mil proprietários, com uma estrutura minifundiária e onde é difícil intervir ao nível do planeamento e prevenção", afirmou, citando a questão da limpeza e da

primeira intervenção no fogo.

Contudo, as medidas que contrariam esta tendência, as zonas de intervenção florestal (ZIF) – onde os proprietários se juntam numa gestão alargada e comum –, já estão a gerar resultados. "Verificamos que nos 600 mil hectares de ZIF, os fogos e área ardida foram mínimos", refere Duarte Caldeira.

Outra preocupação está nas áreas protegidas, diz, onde se continua a verificar uma "enorme conflitualidade interna entre quem aí vive e quem gere os parques". Foi no Gerês e na serra da Estrela que houve incêndios provocados pelas renovações das pastagens e problemas de coordenação do combate, suscitados pela sensibilidade natural do espaço. "Ainda não há um equilíbrio entre a preservação da biodiversidade e as pessoas que aí vivem."

Governo aposta na videovigilância

PARQUES Os Ministérios da Administração Interna (MAI) e da Agricultura estão a trabalhar para lançar um sistema de videovigilância nos parques nacionais, afirmou ontem o ministro da Administração Interna, Rui Pereira.

"Está a haver um estudo conjunto do MAI e do Ministério da Agricultura, envolvendo a Autoridade Nacional de Protecção Civil e a Autoridade Florestal Nacional, no sentido de lançar um sistema de videovigilância para a protecção dos parques nacionais", disse o ministro, no final da sessão de abertura da conferência "Fire & Security 2010", em Lisboa.



Sistema já existe nas ruas

Rui Pereira adiantou que o sistema de videovigilância tem por objectivo evitar incêndios nas áreas protegidas. O ministro escusou-se a avançar dados sobre o sistema, alegando que ainda é necessário fazer um estudo sobre a sua forma de financiamento.

Recorde-se que a ideia não é inovadora e que uma experiência já lançada no Parque Natural da Arrábida nunca chegou a produzir os efeitos desejados. As câmaras de vigilância foram colocadas em 2007, mas deixaram de funcionar pouco tempo depois. Problemas orçamentais foi a justificação apresentada na altura. **Lusa**